



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**  
**[NOME DA UNIDADE JUDICIÁRIA]**

<b>Processo n.:</b>	
Órgão Julgador:	
AUTOR:	
Advogado(s):	(OAB:BA)
REU:	
Advogado(s):	(OAB:BA)

**DECISÃO**

À vista da certidão ID XXXXX, resta pendente a apreciação por este Juízo acerca do requerimento da concessão da gratuidade da justiça, consoante despacho lançado em ID XXXXX.

Da análise dos autos verifica-se prolação de sentença extintiva, sem resolução do mérito, ID XXXXX.

Documentos da alegada hipossuficiência financeira acompanham a peça inicial.

É o necessário a relatar.

**Decido.**

O Código de Processo Civil foi bem atencioso com a disciplina da gratuidade de Justiça, especialmente quando incorporou as regras consolidadas na jurisprudência ao seu texto.

De acordo com o artigo 99, “o pedido de gratuidade de justiça pode ser formulado na própria petição inicial, na contestação, na petição de ingresso de terceiro no processo ou em recurso.”

Dos documentos acostados ao processo, verifica-se real miserabilidade financeira dos autores, apta a justificar a concessão dos benefícios da assistência judiciária pleiteada, o que ora defiro.

Cabível o deferimento do pleito, mesmo após a prolação da sentença, uma vez que a concessão do benefício pode ocorrer a qualquer tempo e grau de jurisdição.

Assim exposto, promova-se o ARQUIVAMENTO e BAIXA do procedimento no sistema forense, como determinado em sentença.

Intime-se. Cumpra-se.

LOCAL, DATA

NOME DO(A) MAGISTRADO(A)

JUIZ(A) DE DIREITO